

Movimento indígena no equador: do movimento étnico para o movimento étnico-popular

Adilson Amorim de Sousa*

Resumo:

O movimento indígena equatoriano tem se constituído como um dos atores sociais mais importantes daquele país. Entre as organizações responsáveis pelo seu revigoramento merece destaque a Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador – CONAIE. Este artigo tem como objetivo central compreender o processo de transformação da identidade e do discurso de legitimação política da CONAIE buscando, por intermédio do estudo de suas práticas políticas desenvolvidas entre 1990 e 2000, discuti-la como principal força popular do Equador nesse período e uma das principais forças políticas antissistêmicas da América Latina na atualidade.

Palavras-chave: Movimento Indígena; Equador; CONAIE.

The Indigenous Movement in Ecuador: From Ethnic Movement to Ethno-Popular Movement

Abstract:

The Ecuadorean indigenous movement has constituted itself as a one of the most important social actors of that country. Among the organizations responsible for the political reinvigoration of the indigenous movement, emphasis must be placed on the Confederation of Indigenous Nationalities of Ecuador (CONAIE). The central goal of this article is to understand the process of transformation of the identity and the discourse of political legitimation of the CONAIE. It seeks, through the study of practices and political actions developed between 1990 and 2000, to portray this entity as the principle popular force in Ecuador during this period and one of the principle anti-systemic forces in contemporary Latin America.

Keywords: indigenous movement; Ecuador; CONAIE.

* Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. End. eletrônico: diouesb@yahoo.com.br

Introdução

Nas últimas décadas, tem-se observado na América Latina o fortalecimento dos movimentos de cunho étnico protagonizados pelos povos indígenas. O Equador é um dos países da região onde o movimento indígena tem se apresentado, desde a década de 1990, como uma das forças mais ativas.

As mobilizações conduzidas pelo movimento indígena equatoriano tiveram como marco o Levante de maio de 1990, quando milhares de índios protestaram contra suas condições de vida. Esse levante, batizado pelos movimentos indígenas de Inti Raymi¹, inaugurou uma nova fase na atuação política das organizações indígenas. O movimento ampliou sua pauta de reivindicações, apresentando forte ofensiva ao sistema político do país, à estrutura jurídica e administrativa do Estado e ao sistema econômico. Durante o Levante de Inti Raymi, as organizações indígenas elaboraram uma proposta política que defendia a implantação do Estado plurinacional em substituição ao Estado uninacional e questionava o sistema econômico, qualificado pelo movimento indígena como excludente e opressor.

As organizações indígenas foram centrais neste processo, em particular a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE). Criada na década de 1980, a partir da estruturação de diferentes organizações indígenas regionais, ela congregou a maior parte das organizações indígenas do país e seus grupos étnicos,² constituindo-se como principal organização nacional do Equador.

Além do Levante de 1990, várias foram, ao longo da última década do século XX, as manifestações e iniciativas políticas encabeçadas pelo movimento indígena sob a coordenação da CONAIE, com destaque para: *La Marcha por la Vida* e a campanha dos *500 Años de Resistencia Indígena y Popular*, ambas em 1992; *La Movilización por La Tierra*, em 1994; a participação eleitoral em 1996; as *Jornadas de Lucha* de 1997 e 1999; e os Levantes de 2000. Esses eventos marcaram profundamente a década de 1990, caracterizada pela presença questionadora e instigadora do movimento indígena, cujas demandas não se restringiam apenas a seus interesses.

Estas manifestações baseavam-se em uma dupla estratégia: por um lado, lutas não institucionalizadas por meio de ações de massa e de protestos de forma

¹ Cujá tradução é "Festa do Sol", numa referência a uma das festas religiosas mais importantes para os Incas, realizada durante o solstício de inverno.

² A Conaie é formada pela Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia, pela Ecuarunari, organização dos grupos indígenas dos Andes e pela Conaic, Confederação de Organizações da Costa Equatoriana.

aberta e direta contra o Estado; por outro lado, ações institucionalizadas buscando, por dentro do sistema político, realizar as mudanças que possibilitassem, na visão de parte da militância, implementar o projeto político do movimento indígena.

Nesse período, registram-se também transformações na pauta reivindicativa do movimento indígena. Inicialmente relacionada a conflitos de caráter étnico, passou a incorporar uma crítica global à dominação política e ao modelo econômico no país. Foi o contexto em que a Conaie, além de maior organização étnica do Equador, consolidou-se como principal agente popular de resistência dos setores oposicionistas à política econômica dominante, incluindo em sua pauta de atuação, não apenas as demandas históricas específicas das comunidades indígenas, como também reivindicações do conjunto da população pobre do país.

Entre o Levante de Inti Raymi, ocorrido nos meses de maio e junho de 1990, e o levante de janeiro de 2000, que culminou com a destituição do governo do presidente Jamil Mahuad³ e a formação de um efêmero “Governo Provisório”, o movimento indígena do Equador, vivenciou transformações profundas em suas estratégias de atuação política, seja no que se refere às relações estabelecidas com os demais grupos sociais, seja nas formas de interação com as diversas instâncias do poder político. Ao final desses dez anos, o movimento indígena equatoriano saiu de uma posição marginal para se consolidar como a principal organização política e social do país.

Do discurso étnico ao popular/classista

Desde o Levante de 1990, o movimento indígena equatoriano mergulhou em um intenso e rico debate com vistas à elaboração de seu *Projecto Político*⁴, o qual, além de contemplar as reivindicações de cunho político e cultural das organizações indígenas, apresentava uma forte crítica ao modelo econômico implementado pelos sucessivos governos do país, considerando-os responsáveis pelo aumento da pobreza e da exploração à qual se encontrava submetida grande parte da população equatoriana. O documento esboçava a construção de um novo modelo, cuja premissa essencial seria a defesa de vida digna, não só para as comunidades indígenas, como para os demais setores populares do Equador.

³ Presidente eleito em 1997, buscou implementar uma política econômica fortemente ancorada no modelo neoliberal, atraindo para si o descontentamento de amplos setores populares.

⁴ Documento aprovado em assembléia da Conaie em 1994, que passou a representar a proposta política do movimento, visando a reformulação do Estado equatoriano em todas as suas instâncias. Ver Conaie (2003).

A incorporação por parte do movimento indígena, de demandas mais gerais, compartilhadas com o conjunto dos grupos subalternos da sociedade equatoriana, questionando as estruturas de dominação em todos os níveis, tem permitido aos seus integrantes serem percebidos e perceberem-se como detentores de uma identidade étnica e também como atores populares. Tal dualidade ou multiplicidade de identidades sociais é particularmente recorrente entre parte dos povos originários da América. A posição que estas populações têm ocupado historicamente no interior dos sistemas produtivos e das relações sociais desenvolvidas no continente, atribuiu-lhes uma dupla discriminação: como não brancos e como pobres, o que tem fomentado uma postura de oposição frente à classe dominante. Esta configuração e/ou formação de movimentos sociais não claramente definidos, ou melhor, de movimentos que apresentam em seu interior tanto demandas classistas como elementos de identidade étnica e de gênero, também chamou a atenção de Fernando Calderón e Elizabeth Jelin, para quem os movimentos sociais latino-americanos são “nutridos por múltiplas energias que incluem, em sua constituição, desde formas orgânicas de ação social pelo controle do sistema político e cultural até modos de transformação e participação cotidiana de auto-produção societal” (Calderón, 1987)

Tais circunstâncias permitiram, em alguns casos, a constituição de organizações sociais que – tal como a Conaie – vêm estabelecendo uma linha de ação política pautada, tanto no enfrentamento de uma ordem política e social denunciada como discriminatória, quanto no ataque a uma ordem econômica qualificada como injusta e desigual. Esta linha de ação favorece seu acolhimento por grupos sociais mais amplos e conflui no questionamento cada vez mais radical das estruturas de poder propiciando às organizações que a adotam, sua consolidação como movimento étnico e, ao mesmo tempo, como movimento eminentemente popular.

A insatisfação e oposição do movimento indígena e popular ultrapassam as questões conjunturais e específicas e miram no modelo estatal e em sua política econômica como um todo, considerados como principais responsáveis pelas mazelas que atingem os setores subalternos do Equador. Isto favoreceu “a passagem das lutas puramente reivindicativas às lutas de caráter político” (Camacho, 1987, p. 227).

A pesquisa junto aos documentos da Conaie demonstra que, desde as primeiras mobilizações indígenas dos anos 90, o entendimento de que a adoção de um discurso estritamente étnico poderia levar ao isolamento político do movimento. No extremo, tal situação poderia propiciar o desenvolvimento de sentimentos revanchistas de caráter racista, entre as comunidades indígenas e o conjunto da sociedade equatoriana. Para evitar a consolidação dessa possibilidade, a Conaie

tomou a iniciativa de ampliar seu discurso político. Do contrário, avalia Pablo Dávalos, “seguramente no habría permitir al movimiento indígena, constituirse en el centro de gravedad que aglutine a una diversidad de actores y movimientos sociales dentro de una larga lucha de resistencia” (Dávalos, 2001, p. 189).

Esta estratégia é perceptível no documento *Mandato por la defensa de la vida y los derechos de las nacionalidades indígenas* – integrante da pauta de reivindicações apresentada pela Conaie no Levante de 1990 – que contempla não somente as demandas pertinentes às comunidades indígenas, como também outras que afetavam os demais setores populares do país, especialmente os camponeses atingidos pela política econômica vigente. Para a pesquisadora Angélica Velasco, com base na análise da pauta reivindicativa apresentada em 1990, o movimento indígena deve ser visto como portador de quatro tipos de demandas: “las étnicas, las clasistas, las interétnicas y las intraétnicas”, (Velasco, 2005, p. 235) avaliação que ressalta a amplitude e complexidade da prática política do movimento indígena equatoriano, bem como, a percepção da sua direção política em relação ao duplo caráter assumido pelos índios no interior das sociedades latino-americanas: como oprimidos, do ponto de vista étnico, e como explorados, do ponto de vista econômico e classista.

Uma análise das mobilizações conduzidas pela Conaie nos anos de 1990, 1992 e 1994, nos permite verificar um predomínio das questões fundiárias e das demandas de cunho cultural, reivindicações que passavam pela aprovação da proposta de alteração do caráter do Estado equatoriano – elemento central das mobilizações indígenas até então. No entanto, nesse contexto, é importante destacar a presença, de forma direta e crescente de um discurso crítico e radical à política econômica, posição oficializada pela Conaie no IV Congresso da entidade, realizado em dezembro de 1993, ocasião em que foi aprovada uma resolução estabelecendo como meta central do movimento, a luta contra a política neoliberal (Conaie, 1993). Meses depois, essa postura seria reforçada quando a organização publicou o seu *Proyecto Político* no qual declarava:

La Confederación de Nacionalidades y Pueblos del Ecuador (Conaie), guiándose en las experiencias históricas de la lucha permanente de las Nacionalidades y Pueblos contra la invasión y el colonialismo español, el régimen republicano excluyente y el imperialismo con sus aparatos de dominación y gobierno mundial [...] convoca a todos los hombres y mujeres que luchan contra la injusticia social, la explotación económica, la dominación política [...] y el capitalismo en su nuevo modelo neoliberal que favorece a la oligarquía que asalta los bienes y recursos nacionales [...] (Conaie, 1994, p. 5).

A elaboração e externalização de um discurso crítico em relação à estrutura organizativa da sociedade equatoriana, com destaque para o sistema econômico,

constituíram-se no elemento de unidade entre diversos setores sociais populares do país e propiciou, desde então, a emergência da Conaie como principal ator político popular do Equador.

O movimento indígena e a política institucional

Nos primeiros anos da década de 90, a Conaie conseguiu, em nível interno e organizativo, assegurar o seu fortalecimento e, em nível externo, consolidar sua posição de principal ator social do país, firmando uma imagem positiva no cenário nacional e internacional. Mas, foi a partir das mobilizações da segunda metade daquela década que a entidade se consolidou, também, como um importante ator político. Esse processo foi acompanhado e favorecido não apenas pela ampliação de seu repertório reivindicativo, mas também, pelas mudanças em suas estratégias de ação política, ultrapassando os mecanismos de pressão não institucionalizados – levantes, ocupações, marchas, etc. – e adotando outros instrumentos de atuação, inseridos na ordem institucional. Tratou-se de um avanço fundamental para o crescimento e sucesso do movimento indígena e refletiu o amadurecimento, no interior da Conaie, de uma avaliação política que compreendia como vital para o fortalecimento da organização, a ocupação dos espaços institucionais, sobretudo aqueles inerentes ao sistema de representação política.

Para ascender a esse espaço de representação, o movimento indígena teria que se sujeitar, ao menos em parte, às regras de jogo da institucionalidade, adaptando o seu discurso, exclusivamente antissistêmico, de forma a manter as críticas radicais ao sistema vigente e, ao mesmo tempo, defender a possibilidade de transformá-lo com base em suas próprias instâncias ou instituições. Esta adaptação foi processada, embora não superada, com grandes atritos, impondo um duro processo de transição no seio do movimento. Conforme a avaliação de Pablo Dávalos (2001, p. 189), a disposição em encarar o desafio dessa transição evidencia, por parte do movimento, “su pragmatismo en la construcción de su proyecto político”.

A intervenção política de forma efetiva, aberta e pública do Movimento Indígena, nos marcos da institucionalidade e mediante a utilização dos instrumentos atribuídos pelos preceitos constitucionais, iniciou-se, especialmente, a partir do referendo popular realizado pelo governo de Sixto Duran⁵ em meados de 1995, objetivando garantir legitimidade a um pacote de medidas que propunha o

⁵ Presidente eleito em 1994, foi um dos maiores defensores da política neoliberal no Equador, empreendendo grandes esforços na aplicação dessa política no país.

aprofundamento da política econômica neoliberal. Nesse pacote, destacavam-se o projeto de privatização de serviços e empresas públicas – especialmente dos setores de telecomunicação, energia elétrica, petróleo e seguridade social – e as alterações na política tributária e de preços, que apontavam para o aumento nos preços de serviços e produtos, como os combustíveis. Essas medidas faziam parte das exigências do Fundo Monetário Internacional para assinatura de um acordo de renegociação das dívidas do país que, àquela altura, atingiam o patamar histórico de 14 bilhões de dólares.

O governo de Sixto Duran se apoiou no argumento de que a superação do atraso que caracterizava a estrutura administrativa e produtiva do país somente aconteceria com a modernização do Estado e das relações econômicas, e o discurso governamental insistia que tal “modernidade” se identificava com os princípios neoliberais de gestão estatal e econômica. As medidas propostas pelo governo contaram com o apoio direto dos principais meios de comunicação do país, o que possibilitou, na fase inicial da campanha, segundo pesquisas de opinião pública, o apoio de uma ampla maioria da população ao “pacote”.

Porém, a campanha pela aprovação das medidas encontrou forte resistência entre as organizações sociais e populares. A Conaie, uma das principais opositoras da política econômica do governo, junto com outros movimentos sociais também contrários à proposta governista, partiu para a ofensiva formando uma verdadeira frente popular de resistência ao projeto neoliberal. Com pouco tempo e escassos recursos para a campanha, os movimentos sociais, de forma criativa e dinâmica, por meio de manifestações diversas – como marchas e concentrações realizadas de forma pacífica e festiva –, além da campanha de casa em casa e de inserções em programas de rádio e televisão, conseguiram reverter o quadro, obtendo, ao final do processo, uma vitória significativa com cerca de 58% dos votantes dizendo **NÃO** à proposta de aprofundamento das políticas neoliberais.

Como saldo positivo desse processo, para os movimentos sociais houve a consolidação de uma nova estrutura organizativa popular, a *Coordinadoría de los Movimientos Sociales* (CMS), entidade formada por diversos movimentos e grupos sociais que, desde então, passou a atuar na coordenação de várias campanhas populares, especialmente em oposição às iniciativas identificadas com o receituário neoliberal.

A Coordenadoria dos Movimentos Sociais, além da Conaie, contava com a presença dos petroleiros – por meio da Federação de Trabalhadores Petroleiros (Fetrapec) –, dos trabalhadores do Instituto de Seguridade Social – agrupados na sua Confederação Nacional (Confeunassc) – de comitês de bairro, clubes de mulheres, organizações juvenis, entre outras entidades que, além de se oporem à política econômica, manifestavam afinidade com o discurso político ampliado da

Conaie. Embora, do ponto de vista formal, a CMS se constituísse em entidade mais ampla e representativa, na prática ela acabou sendo transformada em mais uma instância utilizada pela Conaie em sua estratégia de formar alianças tendo em vista a consolidação do seu projeto político, que incluía a modificação do modelo de desenvolvimento econômico e a recusa à política neoliberal.

A formação do Pachakutik e a participação política eleitoral

A participação ativa da Conaie no processo de consulta popular de 1995 acabou por introduzir modificações em sua forma de atuação, fortalecendo correntes internas do movimento, que defendiam uma maior participação no âmbito dos mecanismos institucionais de representação e ação política, definidos no sistema de democracia representativa operante no país.

Na segunda metade da década de 1990, em função de pressões internas das suas organizações filiadas, a direção da Conaie resolveu analisar a possibilidade de constituir uma estrutura político-partidária própria. Revigora assim, a proposta de formação em nível nacional de uma agremiação política que representasse os interesses das comunidades indígenas. Essa decisão foi ratificada no Congresso Extraordinário da Conaie, realizado em janeiro de 1996, dando origem ao Pachakutik.⁶

A essa altura, a Conaie havia assumido uma posição que lhe concedia grande prestígio político, obtendo a simpatia de importantes parcelas da sociedade equatoriana, não somente entre os moradores da zona rural, como também entre os moradores das áreas urbanas do país. Esta imagem positiva da Conaie favoreceu a constituição, a partir de uma aliança entre a entidade e diversos movimentos sociais, da Coordenadoria dos Movimentos Sociais (CMS), fator que impulsionou a formação de uma frente política popular ampla por meio do *Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik – Nuevo País*, que, para Pablo Dávalos, representou:

[...] una separación formal con la clase política tradicional y el tutelaje que esta clase había ejercido siempre sobre los movimientos sociales, y la aparición de un movimiento nuevo dentro de la institucionalidad democrática (Dávalos, 2001, p. 189).

Embora surgido por iniciativa das organizações indígenas e concebido como mais um instrumento voltado para a defesa das propostas políticas desse grupo social, o Pachakutik-NP estabeleceu, desde seu início, a intenção de não ser caracterizado como um partido exclusiva e especificamente indígena:

⁶ Nome do vocabulário quéchua que significa “o retorno dos bons tempos” numa alusão à transformação de atitude e da conduta política, bem como à esperança em bons tempos. Ver: *Movimiento Pachakutik*. Disponível em: <<http://www.diputadospk.org>>. Acesso em: jan. 2005.

[...] no se trata de un partido o un movimiento de tinte indigenista o con una agenda eminentemente étnica, sino de una propuesta diferente, en la que la democracia, la equidad, la tolerancia, la justicia están relacionadas con el respeto a la diferencia, sobre todo a la diferencia radical entre aquellos que se asumen como culturas o pueblos distintos [...] (Pachakutik).

O desenvolvimento de um partido político alternativo foi acompanhado pela formulação de um programa que contemplasse as múltiplas demandas dos distintos atores sociais envolvidos nesse processo, cujos objetivos gerais foram sintetizados nos seguintes pontos:

Generar un nuevo modo de vida, una sociedad sin excluidos, con personas libres y solidarias unidas en la diversidad.

Fomentar una economía orientada al desarrollo humano sustentable, con una eficiente redistribución del ingreso e igualdad de oportunidad para todas y todos.

Fortalecer la democracia participativa a través de la consulta popular, contraloría social, revocatoria del mandato y descentralización del Estado (Pachakutik).

Estes propósitos se apresentavam em perfeita sintonia com o *Proyecto Político* da Conaie, formatado em 1994, que exibia em destaque a necessidade de mudar o caráter do Estado – de seu formato centralizador e homogeneizado para um Estado plural e descentralizado – transformar os pilares da economia – que deixaria de ser baseada na lógica do lucro para se tornar comunitária, voltada para a melhoria das condições de vida – e consolidar uma estrutura de poder com base no princípio da democracia direta e participativa. Portanto, apesar de a proposta política do Pachakutik-NP buscar refletir o conjunto das forças sociais que o compunham, percebe-se, de forma irrefutável, o predomínio de proposições originais do movimento indígena, cada vez mais compartilhadas por outros sujeitos políticos e servindo de núcleo primordial de um projeto de caráter global do conjunto dos grupos subalternos do país.

Do ponto de vista organizativo, o Pachakutik-NP estabeleceu uma estrutura de caráter similar ao das organizações indígenas, instituindo instâncias e princípios de funcionamento que tinham por objetivo impedir e/ou limitar o distanciamento entre as bases e a direção partidária. Neste sentido, implantou-se uma estrutura partidária que, ao invés de privilegiar o poder de controle e decisão dos ocupantes dos cargos de direção, reforçava os mecanismos de tomada coletiva das decisões e valorizava as iniciativas do conjunto dos membros. Embora, em função do seu crescimento e da própria dinâmica do jogo político, alguns desses elementos organizativos tenham sido modificados, no geral, manteve-se o caráter participativo e coletivo na definição do rumo das ações políticas do Pachakutik-NP.

Dois foram os momentos em que essa nova estratégia de ação política do movimento foi posta em prática. A primeira, com as eleições nacionais para presidente e câmara de deputados ocorrido em 1996, pleito que precipitou a formação do *Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik – Nuevo País* (MUPP-NP) e o ingresso efetivo do movimento indígena no âmbito institucional da disputa política por meio de um partido político próprio.

Freddy Ehlers, candidato MUPP-NP, apresentou, em sua campanha, um discurso estrategicamente mais moderado em relação a temas conflitantes, como os modelos de gestão econômica e estatal defendidos pelo movimento. Ainda assim, sua candidatura despertava o receio dos círculos conservadores, especialmente das grandes empresas de comunicação, fator que, somado ao pouco tempo para campanha e aos poucos recursos econômicos disponíveis, limitou seu poder de inserção em certos setores sociais. Tais dificuldades, em parte foram dribladas com o apoio da estrutura e mobilização das organizações indígenas, camponesas e urbanas populares, que buscaram compensar o amadorismo da campanha com a força dos seus militantes. Ao término do primeiro turno, Freddy Ehlers ficou em terceiro lugar, alcançando 21% do total de votos apurados.

A avaliação final realizada pelas organizações indígenas em torno de sua participação no processo eleitoral foi positiva – apesar de não elegerem o presidente da República, que terminou sendo Abdalá Bucaram⁷, vencedor no segundo turno com 54% dos votos válidos – levando-se em conta os resultados obtidos para os diversos cargos em disputa. O MUPP-NP conseguiu, de um total de 82 vagas, eleger oito deputados para o Congresso Nacional, entre os quais Luis Macas e Miguel Lluco, dois dos mais importantes dirigentes indígenas, além de eleger cerca de 70 autoridades locais, entre as quais as Alcaldias de cidades importantes como Cotacachi, Guamote e Saquisilí, localizadas em regiões com expressiva concentração indígena.

Apesar desses resultados, no cômputo geral, o peso eleitoral dos povos indígenas, se considerado o elevado índice populacional de suas comunidades, foi baixo, em razão do grande percentual de abstenções e de votos nulos e brancos – que, nas áreas de maior concentração indígena, foi, relativamente, mais alto do que no restante do país. Vários fatores foram apontados para explicar este baixo índice de participação político-eleitoral: as deficiências de escolaridade das comunidades indígenas, as dificuldades operacionais da campanha do Pachakutik, que

⁷ Apesar de se eleger com um discurso antioligárquico, não fugiu à regra dos seus antecessores, com um governo ancorado em políticas que privilegiava os grandes grupos econômicos costeiros. Foi deposto por uma forte onda de protestos, apenas seis meses após sua posse. Assume a presidência interinamente o presidente da Câmara dos Deputados, Fabián Alarcón, que dirige o país até dezembro de 1998, quando um novo presidente é eleito.

não conseguiu atingir de forma efetiva todas as regiões do país, além da própria descrença entre boa parte da população indígena – historicamente excluída da política, da sociedade, do Estado – nos mecanismos eleitorais de disputa política.

A crise de 2000 e a disputa pelo poder: a formação do Parlamento Nacional dos Povos

Apesar do fortalecimento dos movimentos organizados contrários à política neoliberal e do fortalecimento de esferas de participação política, através de um sistema político viciado, os setores conservadores do país conseguiram eleger presidentes conservadores. Esses governos seguiram, em maior ou menor grau, as diretrizes econômicas impostas pelos organismos internacionais ligados ao grande capital, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais dentro do país.

Nesse contexto, a Conaie em suas distintas esferas organizativas, intensificou as ações de protesto que, sem excluir a estratégia de ação política-institucional, passaram a priorizar mobilizações de massa, com protestos baseados na insurreição política. Assim, entre 1997 e 1999, vários foram os atos políticos realizados pela Conaie, visando impedir o aprofundamento das políticas neoliberais no país, conseguindo inclusive, em 1997, a deposição do presidente Abdala Bucaran. Porém, sem impedir que um novo pretendente, com discurso populista e práticas conservadoras, também chegasse à Presidência, nesse caso Jamil Mahuad⁸. Este, eleito em 1998 com um discurso de rompimento com a política tradicional, na prática foi extremamente subserviente às doutrinas neoliberais, gerando nova onda de protestos liderados pelas organizações indígenas.

Revigorou-se, no interior do movimento, a tendência que defende ações mais radicais dos setores populares, reforçando em seu seio, a percepção de que as reformas estruturais almejadas pelos movimentos não se processariam no interior das arenas institucionais de disputa política. A perda de legitimidade e credibilidade dos instrumentos formais de mediação política, em especial dos partidos políticos, como instâncias representativas da sociedade civil, fortaleceu ainda mais o entendimento de que as estruturas reais do poder estavam centradas no Executivo e nos grupos econômicos que o controlavam.

Na avaliação de Pablo Dávalos, (2001, p. 190) ao se constituir em principal referência das organizações populares no confronto e na intermediação com o Estado, a Conaie reforçou seu reconhecimento e legitimidade como representante do movimento indígena e dos grupos sociais subalternos do país. Desde seu papel desempenhado na crise de 1999, converteu-se não somente em interlocutor legítimo frente ao poder, mas também em uma alternativa ao próprio poder.

⁸ Eleito presidente em 1998, foi deposto com o levante de 1999.

Além do combate às iniciativas governamentais de inspiração neoliberal, essa entidade passou a integrar a seu discurso, uma forte crítica à estrutura institucional de representação e exercício do poder político. Em seu VI Congresso, realizado em dezembro de 1998, aprovou uma resolução favorável à criação de mecanismos democráticos de discussão dos grandes temas que afligiam o país, por meio de instâncias alternativas de participação popular, esboçando a proposta de constituição de um Parlamento Popular – em contraposição ao Congresso Nacional. A partir do diálogo com outros setores dos movimentos sociais, a proposta foi ampliada e a instância popular de debate e deliberação política recebeu o nome de Parlamento Nacional dos Povos.

A criação de fóruns políticos populares paralelos às instituições formais do Estado, não se constituía em novidade para o movimento indígena e para os movimentos sociais. A experiência da Assembléia Popular Constituinte, em 1997, era o exemplo mais recente. A iniciativa representava a tentativa de, a partir dos movimentos sociais, criar mecanismos mais democráticos e legítimos de participação política, rompendo com a mecânica considerada viciada dos partidos políticos e dos processos eleitorais que, na avaliação dos movimentos sociais, apenas reproduziam um modelo conservador e excludente.

A criação do Parlamento Nacional dos Povos representou mais uma crítica radical ao modelo de democracia e de representação política dominante no país. Ela revelou o esforço consistente de construção de um bloco popular de poder e de instituição de mecanismos que permitissem a intervenção dos setores excluídos na gestão da “coisa pública”. Significava o corolário da trajetória do movimento indígena como sujeito social e político portador de um projeto próprio, fundamentado numa consistente consciência da importância da participação política direta.

O Parlamento Nacional dos Povos recebeu o apoio de diversos movimentos sociais, contando com a participação direta e decisiva da CMS e com representantes dos trabalhadores dos setores públicos (saúde e educação), do setor petrolífero, de energia elétrica, de estudantes, de grupos de mulheres, de organizações dos direitos humanos, de ecologistas, de intelectuais, de religiosos, de pequenos empresários, entre vários outros segmentos sociais organizados. Precedido por diversas assembleias públicas e provinciais – voltadas para a apresentação de propostas, realização de debates e escolha dos representantes. Este mesmo Parlamento agendou para o dia 11 de janeiro de 2000 a sua instalação oficial, que deveria acontecer na capital do país. A notícia despertou o temor do governo de Jamil Mahuad, receoso pela retomada dos protestos populares, especialmente depois de ter adotado definitivamente a dolarização da economia. Em função deste receio, nos primeiros dias de janeiro, o governo decretou “preventivamente” o estado de emergência em todo o país, colocando o Exército nas ruas e bloqueando as vias de acesso à capital, bem como aos principais órgãos públicos.

Em 14 de janeiro, com um atraso de três dias por conta da militarização da capital, representantes de todas as 22 províncias do país, num total de 800 delegados indicados pelas mais diversas organizações, instalaram na Universidade Politécnica de Quito, o Parlamento Nacional dos Povos. Este, na abertura de seus trabalhos, retomou os objetivos centrais do movimento popular, defendendo a necessidade de “un cambio total del modelo neoliberal por una economía justa, solidaria, ambientalmente sostenible, que reconoce la plurinacionalidad y la diversidad cultural, productiva y democrática, orientada hacia el desarrollo humano” (Parlamento Nacional de los Pueblos de Ecuador, 2000).

Várias propostas, previamente debatidas nas plenárias provinciais, foram apresentadas ao Parlamento Nacional dos Povos, tratando do funcionamento da sociedade e da economia – com destaque para o combate à corrupção e à dolarização – e da construção de um modelo alternativo à política neoliberal. A proposta de maior repercussão, porém, foi apresentada pelo Parlamento da província de Tungurahua que, diante do quadro de crise generalizada na sociedade, sobretudo das instituições públicas, propôs a destituição imediata dos três poderes, ou seja, de todos os funcionários e representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do país.

Aprovada pelo Parlamento Nacional dos Povos, a proposta de dissolução dos três poderes causou inquietude entre os setores conservadores do país, inclusive entre aqueles contrários à permanência no poder de Jamil Mahuad. A tensão se elevou com o fortalecimento de uma frente política de direita que passou a combater duramente as propostas e o próprio movimento indígena, com ataques às suas instituições e a seus dirigentes.

Com a decisão de acatar a proposta de desconstituição dos três poderes, o Parlamento Nacional dos Povos declarou não reconhecer a autoridade do Congresso Nacional “oficial”, afirmou a necessidade de destituição imediata do presidente da República e dos magistrados da Corte Suprema de Justiça e se declarou como única instituição política legítima do povo equatoriano: “El Parlamento de los pueblos del Ecuador asume plenos poderes para decidir el nuevo rumbo de la patria: instauración de un Estado Plurinacional, unitario, democrático, descentralizado, transparente y equitativo” (*El Comercio*, 2001). Simultaneamente a essa declaração, em apoio ao Parlamento dos Povos e contrária à decisão do governo de dolarização da economia, a Conaie convocou a população indígena do país, bem como os demais setores populares para a realização de uma grande manifestação nacional, cujo momento máximo seria a ocupação de Quito, no dia 17 de janeiro. A forte repressão policial acionada pelo governo, não conseguiu impedir a realização da manifestação.

A essa altura já eram claras as divisões no seio das Forças Armadas. Segundo Francisco Hidalgo Flor (2001), desde meados dos anos 1970 se percebia a coexistência, nem sempre pacífica, de duas tendências: uma, mais alinhada aos EUA e, em sua avaliação, extremamente conservadora; outra, partidária de uma ideologia nacionalista, caracterizada pela defesa da propriedade estatal sobre áreas estratégicas como o petróleo, a energia elétrica e as telecomunicações e do fortalecimento da presença institucional das Forças Armadas na sociedade. No final dos anos 1990, a segunda tendência se apresentava mais fortalecida e tinha na figura do coronel Lucio Gutierrez a sua maior expressão, representando, de modo geral, os setores militares descontentes com os rumos da economia e com a situação política do país e dispostos a aderir às propostas indígenas e a estabelecer acordos com os principais dirigentes populares.

As manifestações populares se estenderam por várias partes do país, inclusive na capital, onde diversos órgãos públicos foram ocupados durante a *Toma de Quito*. No dia 20 de janeiro, o Congresso Nacional e a Corte Suprema de Justiça foram ocupados. A bandeira do movimento indígena foi hasteada no Congresso – onde passou a funcionar o Parlamento Nacional dos Povos. Ao mesmo tempo, milhares de militantes e populares partiram para o Palácio do Governo, forçando, no dia seguinte, a fuga do presidente da República que, fragilizado pelas pressões populares, pela falta de apoio político – inclusive dos antigos aliados – e sem o respaldo da grande parte dos setores militares, abandonou o país. Logo a seguir, um acordo entre dirigentes militares nacionalistas, a Conaie e representantes dos demais movimentos sociais, culminou na formação de um “Governo de Salvação Nacional”, composto pelo presidente da Conaie, Antonio Vargas, pelo Coronel Lucio Gutierrez e pelo magistrado Carlos Solorzano, escolhido pelos demais movimentos sociais. O governo provisório teria por objetivos organizar o país e conduzir o processo de transformações sociopolíticas e sociais e econômicas e socais reivindicado pelos movimentos sociais.

Na mesma noite, porém, uma articulação dos setores conservadores do Exército forçou a substituição de Lucio Gutierrez, da ala nacionalista, pelo conservador general Carlos Mendonza que, horas depois, abdicou da sua participação na junta provisória, dando o sinal para que a cúpula das Forças Armadas articulasse a sua dissolução e nomeasse, como presidente, o vice de Jamil Mahuad, Gustavo Noboa. O efêmero “Governo de Salvação Nacional” chegava ao fim. No poder, a prioridade imediata de Noboa foi desmobilizar e isolar o movimento indígena, restabelecendo a “ordem” constitucional no país. A concretização da proposta do movimento indígena em controlar o Estado com a organização de um bloco de poder popular, teria de ser adiada.

Os acontecimentos de janeiro de 2000 foram o ponto culminante da luta desenvolvida pelo movimento indígena ao longo da década de 1990. Eles revelaram a notável transformação de um sujeito social concreto – o movimento indígena – que, de obscuro e menosprezado, converteu-se em principal agente aglutinador de amplos setores populares, propondo um projeto de poder contra-hegemônico. Combinando elementos identitários, étnicos e classistas, o movimento indígena obrigou a sociedade equatoriana a questionar seus modelos de gestão econômica e política. Contra uma elite que se habituou a tratar o poder – político e econômico – com um patrimônio obtido por herança e intransferível, o movimento atreveu-se a propor a reconstrução do Estado e da democracia, adotando como princípios elementares a equidade, a solidariedade, a autonomia – em suas múltiplas acepções – e o respeito às diferenças culturais.

Referências

- CAMACHO, Daniel. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WAARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Org.). *Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CALDERÓN, Fernando; JELIN, Elizabeth. Classes e movimentos sociais na América Latina: perspectivas e realidade. *ANPOCS*, São Paulo: Vértice, vol. 2, n. 5, out. 1987. 1 CD-ROM.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- CONAIE. Resolução do IV Congresso. Quito, dez. 1993. Disponível em <<http://www.conaie.org>>. Acesso em 12 out. 2004.
- _____. Proyecto político de la Conaie. construyendo el estado plurinacional. Documento de Avance y Discusiones. Quito: Impe /Conaie, 1994.
- DÁVALOS, Pablo. Movimiento indígena ecuatoriano: la constitución de un actor político. In: _____. (Org.). *Yuyarinakuy: Digamos lo que somos, antes que otros nos den diciendo lo que no somos*. Quito: Abya-Yala, 2001.
- EL COMERCIO. La vorágine que acabó con Mahuad. In: LUCAS, Kintto. (Org.). *Nada solo para los indígenas*. El Levantamiento Indígena del 2001: análisis, crónicas y documentos. Quito: Abya-Yala, 2001.
- FLOR, Francisco Hidalgo. El movimiento indígena en el Ecuador. Sujeto social que genera un proyecto contrahegemónico. In: LUCAS, Kintto. (Org.). *Nada solo para los indígenas*. El Levantamiento Indígena del 2001: análisis, crónicas y documentos. Quito: Abya-Yala, 2001.

- PACHAKUTIK. *Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik Nuevo Pais. História y significado*. Disponível em <<http://www.diputadospk.org>>. Acesso em 12 jan. 2005.
- PARLAMENTO NACIONAL DE LOS PUEBLOS DE ECUADOR. In. HARNECKER, Marta: *América Latina la izquierda después de Seattle*. Disponível em <<http://www.nodo50.org>>. Acesso em 13 nov. 2005.
- VELASCO, Angélica X. Porras. *Tiempo de indios. La construcción de la identidad política colectiva del movimiento indio ecuatoriano*. Quito: Abya-Yala, 2005.